

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 15 de maio de 2023 - Ata n.º 39.

Aos quinze dias do mês de maio de dois mil e vinte e três, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Luís Corti** (na função de 1.^º Secretário) e **Maria Victoria** (2.^a Secretária), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **39.^a Sessão Ordinária da 1.^a Sessão Legislativa da 20.^a Legislatura.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta segunda-feira. Solicito à Deputada Maria Victoria, 2.^a Secretária desta Casa, que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR.^A 2.^a SECRETÁRIA (Deputada Maria Victoria - PP): Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura da Ata da 38.^a Sessão Ordinária, de 9 de maio de 2023). É o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada.** (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Solicito ao 1.^º Secretário, Deputado Luís Corti, que proceda à leitura do Expediente.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luís Corti – PSB):

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos recebidos pela Assembleia, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 512/2023** do Tribunal de Contas do Paraná, encaminhando relatório de atividades referente ao primeiro trimestre de 2023; **Ofício n.º 1259/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado das Cidades a requerimento dos Deputados Professor Lemos, Arilson Chiorato, Requião Filho, Renato Freitas, Dr. Antenor, Goura, Luciana Rafagnin e Ana Júlia; **Ofícios n.ºs 1251 e 1258/2023** da Casa Civil, encaminhando respostas da Secretaria de Estado da Saúde e da Secretaria de Estado da Educação a requerimentos do Deputado Renato Freitas; **Ofício n.º 1262/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável a requerimento do Deputado Ney Leprevost; **Ofício n.º 401/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 356/2020, o qual convertido em Lei recebeu o n.º 21.460; **Ofício n.º 402/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 118/2023, o qual convertido em Lei recebeu o n.º 21.462; **Ofício n.º 403/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 54/2023, o qual convertido em Lei recebeu o n.º 21.457; **Ofício n.º 404/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 268/2023, o qual convertido em Lei recebeu o n.º 21.455; **Ofício n.º 405/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 385/2021, o qual convertido em Lei recebeu o n.º 21.459; **Ofício n.º 406/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 180/2023, o qual convertido em Lei recebeu o n.º 21.463; **Ofício n.º 407/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 34/2023, o qual convertido em Lei recebeu o n.º 21.456; **Ofício n.º 408/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 175/2023, o qual convertido em Lei recebeu o n.º 21.461; **Ofício n.º 409/2023** do Gabinete do

Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 438/2022, o qual convertido em Lei recebeu o n.º 21.458.

Era o que continha, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença aqui na Casa dos acadêmicos do curso de Direito do Instituto Superior do Litoral do Paraná - Isulpar, de Paranaguá, acompanhados pelo professor Alcelyr Valle da Costa Neto. Sejam bem-vindos aqui na Casa. O Grande Expediente de hoje será destinado para ouvirmos o Sr. Francisco Reinord Essert, por proposição do Deputado Alexandre Amaro. O cidadão é Diretor-Presidente do Conselho Gerar - Geração de Emprego, Renda e Apoio ao Desenvolvimento Regional, que disporá sobre os 20 anos da Gerar, seus impactos e resultados. Anunciamos aqui na Casa a presença da Sr.^a Elizete Drevinski, Gerente de Iniciativas Sociais; do Sr. Matheus Maziero, Assessor de Iniciativas Sociais; do Sr. Thiago Lucas, Assessor de Iniciativas Sociais; da Sr.^a Daniele Santos, Assessora da Presidência; do Sr. Guilherme Bittar, jornalista; e do Sr. Gustavo Hauer, membro do Conselho Diretor. Sejam todos bem-vindos ao Plenário desta Casa. Neste momento, tenho a honra de conceder a palavra ao Deputado Alexandre Amaro, para que faça saudação aos nossos visitantes.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Muito boa tarde, Sr. Presidente e nossa Mesa Executiva. Muito boa tarde a todos os componentes da Gerar aqui nominados. É um prazer trazê-los aqui a esta Casa, porque o trabalho de 20 anos da Gerar tem sido um trabalho expressivo e que tem mostrado que podemos fazer muito por esta geração. Quero parabenizar e cumprimentar também todos os alunos que aqui estão, lá de Paranaguá, terra boa de Paranaguá. Sejam bem-vindos a esta Casa. Você que nos assiste pelo canal da Assembleia, é muito importante trazermos coisas boas e mostrar a esta Casa o trabalho que tem sido feito. Hoje apresento a Gerar - Geração de Emprego, Renda e Apoio ao Desenvolvimento Regional, que atua há 20 anos no terceiro setor. Ela é uma instituição sem fins lucrativos, que tem por objetivo apresentar caminhos

promissores para aqueles que se encontram em estado de vulnerabilidade. Durante todos esses anos de trabalho, a instituição já ajudou mais de 500 mil pessoas. Atualmente, 12 mil são beneficiadas com o trabalho diretamente desenvolvido aqui pela Gerar, Sr.^s Deputados. A instituição trabalha com jovens, realizando a qualificação profissional para ingressar no mercado de trabalho com o primeiro emprego, também realizam ações socioeducacionais para combater o desemprego e a desigualdade social. Através das atividades exercidas na entidade, a Gerar realiza parceria com empresas para desenvolver novos talentos, dessa forma mostrando aos jovens que através da educação e do trabalho eles podem mudar o seu futuro. Gostaria aqui de deixar a palavra com o Sr. Francisco Essert, fundador, juntamente com a Sr.^a Heloisa Arns, e Presidente do Conselho Diretor da Gerar. Ele irá apresentar um pouco do trabalho da instituição nesse pequeno tempo. São 20 anos aqui de história que ele vai expor um pouquinho para nós e, inclusive, tem um material, Sr.^s Deputados, para todos os Deputados saberem um pouco mais da Gerar. Senhor Presidente, eles trouxeram um material para conhecermos um pouco mais da instituição.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Concedo a palavra neste momento ao Sr. Francisco Reinord Essert.

SR. FRANCISCO REINORD ESSERT: Boa tarde, Deputado Traiano. Ao cumprimentá-lo, cumprimento a Mesa, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados e queridos colegas da Gerar. Deputado Alexandre Amaro, muito obrigado por este momento que o senhor nos conseguiu, esse convite para estarmos falando aqui. Estamos muito felizes em poder compartilhar os 20 anos da Gerar. Quando fundamos a Gerar, há 20 anos, a Sr.^a Heloisa Arns e eu, nem nos maiores sonhos pensamos em chegar aqui, 20 anos depois, e poder relatar que impactamos 500 mil vidas. Quero agradecer aqui, em especial, uma pessoa que nos ajudou muito na fundação da Gerar, que nos deixou há 12 anos, que foi a Dr.^a Zilda Arns, mãe da Heloisa Arns. Vinte anos. Nesses 20 anos a Gerar diversificou seus projetos e atuamos hoje, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados, em três eixos: no eixo social, no eixo ambiental e no eixo educacional. Essas 500 mil vidas que impactamos, esses 12 mil participantes dos

nossos Projetos atualmente, nenhum deles paga um centavo por nada. Conseguimos oferecer gratuitamente esses Projetos para eles. Impactamos essas vidas para todas as idades, mas nosso foco principal é a juventude. Com o que queremos contribuir? Queremos contribuir, principalmente, para que o jovem tenha menos impacto com a violência. Se analisarmos os apenados no Brasil, quase 40% deles são jovens de 18 a 29 anos de idade, e precisamos fazer algo. Queremos impactar, também, a educação dos jovens. Tinha uma grande quantidade de jovens que não estavam estudando - e agravado pela pandemia -, queremos impactar também que os jovens voltem para as salas de aula, que os jovens voltem a estudar e a defasagem que encontramos hoje seja minimizada. E, também, queremos impactar os jovens na área do trabalho. Sabemos, hoje, que o desemprego no Brasil está próximo de 9%, o desemprego no Paraná está próximo de 5%, mas o desemprego junto aos jovens é o dobro, tanto em nível nacional como em nível de Paraná. Então, dentro dos programas que executamos queremos impactar esses três eixos. E onde atuamos? Principalmente na aprendizagem. Temos hoje, Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, 8 mil aprendizes conosco, que estão semanalmente em sala de aula conosco, onde oferecemos cursos que façam sentido também para as empresas capacitarem a sua mão de obra, mas também oferecemos oportunidades para os jovens. Para muitos é o primeiro emprego, para muitos é a primeira assinatura da carteira de trabalho. E aqui quero parabenizar esta Casa, Sr. Presidente, pela aprovação do *Cartão Futuro*. Vossas Excelências não sabem quanto esse programa é importante para o jovem e para as empresas. Tenho andado por vários estados do Brasil dizendo do diferencial que o Estado do Paraná oferece para esses jovens. E hoje, já conversando com o Deputado Amaro, aqui teríamos uma sugestão: quem sabe, no Paraná, pudéssemos encaminhar uma lei para que impacte, também, para os jovens - que as micro e pequenas empresas ofereçam a oportunidade da aprendizagem. Se as microempresas do Paraná contratarem aprendizes - e ainda sobrepondo isso o *Cartão Futuro* - realmente teríamos um diferencial grande do Paraná. E, logicamente, incentivando também que o poder público contrate aprendizes. Quem sabe as Prefeituras, as Câmaras de Vereadores, a Assembleia,

o Governo do Estado também contrate aprendizes. Uma lei nesse sentido seria muito bem-vinda. Mas, também, executamos outros Projetos que impactam na vida do jovem, como o programa de estágios, como o nosso Projeto Aprova. Aprova é um curso de pré-vestibular ou para preparação do Enem que oferecemos, também, gratuitamente para jovens vulneráveis, que não podem pagar esse curso. Temos hoje, para vocês terem uma ideia, 1.090 pessoas jovens participando do Projeto Aprova. E os primeiros resultados que alcançamos junto a esses jovens, que não teriam outra oportunidade de cursinhos, quando a metade dos que participaram do nosso curso, lá em Ponta Grossa, conseguiram passar no vestibular. Isso realmente mostra o resultado. Outro Projeto que temos é o Projeto Mega, onde incentivamos o empreendedorismo junto a jovens e também a outros públicos. O que estamos cientes? Por mais que a economia cresça, por mais que as pessoas contratem, não vai ter emprego para todos. Por que não incentivar alguns deles a abrirem os seus negócios? E temos tido muito sucesso. E temos hoje participando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados, 2 mil 155 pessoas no nosso Projeto Mega, também nenhum deles pagando um centavo por nada. Mas, queremos mais. Estava falando, agora pouco, com o Deputado Hussein, gostaríamos de ter a oportunidade de apresentar para esta Casa, para a Comissão da Educação, uma inovação que estamos fazendo para o ensino médio. Realmente, o que desenvolvemos desafio alguém mostrar que tenha alguma coisa similar, parecida no Brasil. O que desenvolvemos? Que os conteúdos do ensino médio façam sentido para o jovem que está sentado lá naquele banco de escola. Creio que vocês, muitos de vocês têm filhos ou netos no ensino médio que já devem ter chegado em casa assim: *Pai, estou aprendendo lá coisas que não fazem sentido para minha vida. Não vou saber onde aplicar isso na minha vida real.* E o material que desenvolvemos visa isto: que o ensino médio faça sentido para a vida dos jovens. Como falei inicialmente, temos um Projeto ambiental. E no Projeto ambiental sempre colocavam para nós assim: *precisamos estar preocupados que planeta vamos deixar para os nossos filhos.* A nossa preocupação é o contrário: *que filhos vamos deixar para o nosso planeta.* E é exatamente isso que nos propomos. Esse material está pronto. Então, Deputado Hussein, será um prazer

Ihe apresentar, segunda-feira, na reunião que já está marcada. Então, agradeço novamente por esta oportunidade. Quero agradecer aqui aos Deputados que já visitaram a Gerar: o Alexandre Amaro, a Cristina Silvestri, o Marcio Pacheco, o Goura, o Ney Leprevost, a Ana Júlia. Isso é um convite para que outros Deputados nos visitem. Gostaríamos de convidar a todos que nos visitem. A nossa matriz é aqui em Curitiba, temos 29 filiais espalhadas pelo Estado do Paraná, e nos sentiremos muito honrados com a visita de vocês; e mais honrados ainda se puderem destinar alguma emenda parlamentar para apoiar aos nossos Projetos.

DEPUTADA CRISTINA SILVESTRI (PSDB): Francisco Essert, é um grande prazervê-lo aqui apresentando esse Projeto. Conheço esse programa há muitos anos, venho acompanhando o desenvolvimento dele e o quanto ele, ano a ano, vem crescendo e mostrando outras modalidades para o desenvolvimento dos nossos jovens. Então, também gostaria de pedir aos meus colegas que indicassem emendas para o projeto Gerar, que realmente é um Projeto que vem desenvolvendo, apoiando os nossos jovens, os jovens que precisam realmente do apoio do poder público, do apoio de entidades como essa que o senhor muito bem representa, e que realmente essas emendas serão muito bem empregadas lá dentro do Projeto. Então, parabéns, Francisco. É uma grande alegria ver esse programa hoje como ele está se desenvolvendo.

SR. FRANCISCO REINORD ESSERT: Muito obrigado, Deputada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ok. Vou então suspender por alguns instantes a Sessão para os registros fotográficos e em seguida retomamos a Sessão Plenária. Registro a presença do Promotor de Justiça do município de Campo Largo, Dr. Eduardo Labruna, por solicitação do Deputado Batatinha. Seja bem-vindo.

(SUSPENSA A SESSÃO.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Está reaberta a Sessão. Primeira oradora inscrita, Deputada Márcia Huçulak.

DEPUTADA MÁRCIA HUÇULAK (PSD): Boa tarde, Sr.^{as} Deputadas e Deputados. Boa semana a todos. Venho hoje à tribuna desta Casa para falar de um importante passo que a nossa capital de Curitiba deu, na semana passada, em direção à sustentabilidade ambiental. A cidade de Curitiba já é bem reconhecida mundialmente e continua a avançar, trazendo reflexos positivos para toda a Região Metropolitana da nossa capital. Na semana passada, pude acompanhar com o nosso Prefeito Rafael Greca e o Vice-Prefeito e Secretário das Cidades, Eduardo Pimentel, e também junto à competentíssima Secretaria de Meio Ambiente de Curitiba, Marilza Dias, a assinatura de um acordo de cooperação técnica entre a capital e a Associação Brasileira de Cimento Portland, que será desenvolvido por meio do consórcio intermunicipal para gestão de resíduos sólidos urbanos, o Conresol. A iniciativa é mais uma fase do novo sistema de tratamento de resíduos sólidos, que inclui a substituição do destino dado atualmente ao lixo que vai para os aterros. Vejam que se trata de um assunto importante na medida em que o lixo representa um dos grandes desafios para todas as cidades, tanto do ponto de vista ambiental quanto do ponto de vista econômico, já que o serviço eficiente realizado pela nossa cidade de Curitiba custa cerca de 6 milhões por mês aos cofres públicos. Além disso, como se sabe, infelizmente, boa parte das cidades fica devendo muito nesse quesito da coleta sistemática dos resíduos sólidos. Os senhores podem estar se perguntando por que uma associação de empresas de cimento tem a ver com a história do lixo? É que o processo produtivo da indústria cimenteira é um grande consumidor de energia, e os resíduos sólidos podem substituir o coque de petróleo utilizado atualmente, reduzindo de maneira significativa a emissão de carbono na atmosfera, que tanto contribui para os efeitos nocivos das alterações climáticas que afligem o mundo. Curitiba já desenvolveu um bem sucedido projeto-piloto com o chamado CDRU – Combustível Derivado de Resíduos Sólidos Urbanos. No horizonte de cerca de cinco anos é possível zerar a destinação do resíduo bruto para aterros - um ganho excepcional para o município. Notem o imenso potencial de vantagem nessa iniciativa. Curitiba produz cerca de 1.500 toneladas de lixo por dia. A cada tonelada desse componente processado deixa de se emitir 1,2

toneladas de dióxido de carbono na atmosfera. Além disso, o destino do lixo que ia para o aterro passa a ser encaminhado ao forno das cimenteiras. O processo também gera novas oportunidades dentro da chamada cadeia de economia circular, promovendo geração de renda por meio das cooperativas de recicláveis do Programa Ecocidadão. Ações como a realizada na semana passada somam-se a muitas outras que estão sendo desenvolvidas dentro do Programa *Curitiba Mais Energia*, como a recente inauguração da Pirâmide Solar do Caximba; a geração de energia solar nos prédios públicos da cidade e nas casas da Cohab; o retorno da Família Folhas, o *Programa Amigo dos Rios* e muitos outros. É gratificante notar que Curitiba não se contenta com o histórico de reconhecimento que tem na área ambiental e caminha, a passos decididos, para ser exemplo cada vez mais completo em sustentabilidade. Que outras cidades sigam esse exemplo. Muito obrigada. Boa semana a todos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Do Carmo – UNIÃO): Próximo orador, Deputado Tito Barichello.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Quero, inicialmente, cumprimentar o Ex.^{mo} Sr. Presidente em exercício da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Do Carmo. É uma honra tê-lo sentado nessa cadeira, Deputado Do Carmo. Cumprimento o Líder do Governo, Deputado Hussein Bakri, meu amigo atleticano; cumprimento o Líder da Oposição, Deputado Requião Filho, e estendo meus cumprimentos aos demais Deputados; cumprimento a população que nos assiste; cumprimento o público telespectador da *TV Assembleia*. Utilizo a palavra, Sr.^s Deputados, primeiramente, para homenagear, homenagear uma pessoa que trabalha, uma pessoa dedicada que está aqui, o Promotor de Justiça Dr. Eduardo Labruna Daiha. Promotor lotado em Campo Largo que tem enfrentado, Sr. Hussein Bakri, a criminalidade organizada - PCC, PGC, Comando Vermelho - sem medo, sem temor, e já se predispos, Sr. Presidente em exercício, Do Carmo, já se predispos o Promotor de Justiça Dr. Eduardo Labruna Daiha, que está aqui, a enfrentar a criminalidade organizada em nossa Comissão Parlamentar de Inquérito, Delegado Fernando. Então, fica aqui a

nossa homenagem a ele, e um Requerimento de congratulações e Menção Honrosa que peço a apreciação de V.Ex.^{as}. Doutor Eduardo, muito obrigado pelo seu trabalho, pela sua dedicação. O senhor é um exemplo para o povo paranaense, que não tem medo, que enfrenta a criminalidade, que coloca a sua segurança em risco protegendo a sociedade do Paraná. Utilizo a palavra, em um segundo momento, Sr.^s Deputados, para tratar acerca da saidinha temporária. Tivemos agora, no segundo domingo de maio, Sr. Líder do Governo, o *Dia das Mães*. Alguns comemoraram com suas mães, outros apenas com a lembrança delas. No entanto, a bandidagem foi para a rua, Sr. Deputado Do Carmo, Presidente em exercício. A saída temporária, prevista na Lei n.^º 7.210, de 84, nos artigos 122 a 125, estabelece o direito a cinco saídas por ano, por até sete dias, e a Câmara Federal - a Lei 7.210 é Federal - já votou pela extinção desse absurdo direito, e está agora no Senado Federal. O absurdo é tamanho, senhores, que basta o cumprimento de um sexto da pena para ter direito à saída temporária. Vivemos aqui o País da impunidade. Já dizia Cesare Beccaria, em sua obra *Dei delitti e delle pene*, em italiano, que não importa a quantidade de pena, importa a certeza da punição, e no Brasil não tem punição. O criminoso perde a liberdade, Delegado Fernando, e em pouco tempo, um sexto da pena, ele já está na rua de novo roubando e matando. Para V.Ex.^{as} terem uma ideia, tenho dados do *Dia das Mães*, Deputado Do Carmo, do ano passado: em Curitiba, 611 reeducandos, 611 anjinhos saíram pela porta da frente da cadeia, 118 ficaram nas ruas de Curitiba. Cento e dezoito criminosos ficaram cometendo crimes, porque se a prisão preventiva é decretada para aquele que não retorna, obviamente ficaram na criminalidade. Será que em cada data dessas, senhores, Curitiba merece 118 pessoas cometendo crimes? Eu acho que não. Deputado Do Carmo, o senhor que muito bem representa Maringá. Em Maringá, 211 saíram no último *Dia das Mães*, 14 ficaram na rua. Será que o povo maringaense merece 14 criminosos na rua a cada feriado, dentro das regras da Lei n.^º 7.210 de 84? Acredito que não. A mesma coisa aconteceu em Londrina, com o Prefeito Belinati: 311 pessoas saíram e 15 ficaram na rua, fora aqueles que cometem crimes quando saíram e voltaram para cadeia. Então, temos que enfrentar isso. E por que utilizo a palavra,

senhores jornalistas, hoje? Porque está no Senado Federal. A Câmara Federal já aprovou. Então, o momento agora é de enfrentamento. Temos um sistema bicameral... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Do Carmo - UNIÃO): Deputado Tito, um minuto para concluir.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Vou usar o horário da Liderança, Deputado Do Carmo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Do Carmo - UNIÃO): Pode usar.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Utilizo o horário da liderança que já estava inscrito. Essa realidade tem que ser mudada. No nosso sistema temos 513 Deputados Federais, que já se manifestaram favoráveis ao fim da saída temporária. Agora, cabe aos 81 Senadores. Conversei pessoalmente com o nosso Senador Sergio Moro, que disse que iria apoiar o fim da saída temporária. Estou oficiando, Deputado em exercício, Presidente Do Carmo, o nosso Senador da República Flávio Arns e o Senador da República Oriovisto, para que exponham e manifestem publicamente suas opiniões a respeito desse fato. Curitiba quer saber, Sr. Líder do Governo, se a cada feriado teremos mais bandidos na rua ou não. Cabe aos nossos Senadores nos representarem de verdade. Então, peço o apoio de V.Ex.^{as} nesse sentido: pelo fim da saidinha prevista na Lei n.º 7.210 de 84. O momento é agora. A Câmara já aprovou e eu, na época, participei inclusive da produção legislativa com o Deputado Felipe Francischini. Agora, senhores que me assistem, temos que pressionar o Senado Federal. O nosso Senador Sergio Moro, pessoalmente, já me disse que está levando adiante essa pauta. Caberá, então, agora, cobrarmos do Senador Oriovisto e cobrarmos do Senador Flávio Arns. Curitiba não quer mais esse tipo de presente no *Dia das Mães*, no Natal e na Páscoa. Bandido tem que ficar na cadeia! Utilizo também, Sr.^s Deputados, a palavra para tratar de um assunto de grande importância. Hoje, tivemos uma manifestação dos motoristas de aplicativos em frente a esta Casa Legislativa, Deputado Do Carmo, em que estavam

cobrando a mudança da realidade fática em que vivem. Na reunião que tive com eles, o absurdo é tamanho, Sr. Deputado Presidente, que de cada R\$ 10,00 que o usuário paga de aplicativo, seja Uber, seja qualquer aplicativo, 55% fica com a empresa que administra. Hoje, o motorista de aplicativo gasta 25% de combustível e o que sobra para ele é 20% do valor, ou seja, para quem usa aqui o aplicativo de mobilidade, o motorista fica apenas com 20%. As pessoas podem me perguntar: mas por que o Deputado Xerifão, o Deputado Tito Barichello, está mencionando isso e é uma empresa privada? E não podemos interceder, obviamente, em uma empresa privada; não é uma empresa pública. Estou falando porque São Paulo e o Rio de Janeiro aparentemente resolveram o problema. Lá criaram um aplicativo público da Prefeitura Municipal de São Paulo que se chama *Mobizap São Paulo*. Precisamos criar aqui o *Mobizap Paraná*, Sr. Líder do Governo, *Mobizap Paraná*, para proteger os nossos motoristas de aplicativo e para proteger os usuários, que somos todos nós, porque a situação hoje é muito difícil para o motorista de aplicativo. Os motoristas podem contar com o Delegado Xerifão, com o Delegado Tito Barichello, me proponho a fazer uma reunião, Sr. Líder do Governo, com o Governador do Estado, para vermos a forma de implementarmos, Sr. Líder do Governo, Sr. Hussein Bakri, de implementarmos esse aplicativo *Mobizap*, como já existe em São Paulo, porque os motoristas de aplicativos estiveram hoje em frente aqui a Assembleia Legislativa, porque mais de 50% vai para empresa que os contrata e São Paulo já resolveu o problema criando um aplicativo público. O nosso Governador do Estado é a pessoa mais sensata, inteligente, competente que conheço e tenho certeza que vai sentar conosco para buscar uma solução, se for necessário, junto ao Prefeito Municipal Rafael Greca, Sr. Líder do Governo. Então, já lhe agradeço antecipadamente o seu apoio em relação a esse dispositivo para proteger, senhores, para proteger não só o motorista de aplicativo, mas para proteger todos nós. Eu sou usuário de motorista de aplicativo. Tenho certeza absoluta que V.Ex.^{as} todos utilizam esses aplicativos, até por uma questão de economia, até por uma questão de mobilidade. E, finalmente, Excelências, utilizo a palavra para parabenizar uma casa de shows aqui de Curitiba. Parabenizo a Shed por ter cancelado o contrato de uma pseudocantora, de uma pseudoartista

chamada MC Pipokinha. Ficam os meus parabéns ao empresário Alexandre, que rescindiu o contrato com o MC Pipokinha. Não quero ser hipócrita, acho que o sexo é importante para vida, a sexualidade é algo inerente ao ser humano, mas existe lugar para isso. Show de sexo explícito em casa noturna tradicional, não. Lugar de prostituta é em casa de prostituição. Tem muitas casas noturnas que ela pode se apresentar pelo Brasil, mas não na Shed. Então, parabéns ao empresário Alexandre, que rescindiu o contrato com a MC Pipokinha.

Deputado Batatinha (MDB): Um Aparte, Deputado Tito.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Sem dúvida, concedo a V.Ex.^a o aparte.

Deputado Batatinha (MDB): No Pequeno Expediente não podia pedir Aparte, só para não cortar o raciocínio, mas rapidamente quero também fazer um registro em relação ao Promotor de Justiça, o Dr. Eduardo Labruna, que deixou uma história e fez um belíssimo trabalho na região Oeste, lá por Cascavel. Então, também gostaria de fazer este registro e parabenizar. Combateu o crime, foi muito firme, colocou muito marginal na cadeia. As pessoas de bem, os trabalhadores, as pessoas de Cascavel aguardam o retorno do Dr. Labruna, convidado para, quando quiser voltar, a trabalhar e atuar na Promotoria de Justiça, combater o crime como sempre combateu. Ficamos muito felizes pelo tempo que passou e deixou a sua história e a sua marca em Cascavel. Obrigado.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Obrigado, Deputado. Mencionando que o Dr. Eduardo Labruna Dahia é Promotor de Justiça, está lotado atualmente em Campo Largo e já se predispõe, Sr. Deputado, a nos ajudar na Comissão Parlamentar de Inquérito, Sr. Líder do Governo. O Promotor de Justiça vai nos ajudar nas investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito, mostrando que esta Casa é livre, mostrando que este Governo não tem medo. Quero ver uma CPI, uma Comissão Parlamentar de Inquérito, Sr. Líder do Governo, nos outros estados da federação! Quero ver o Governador que aceitaria uma CPI. Aqui, aqui não temos medo, porque temos um Governo sério e

trabalhador. Temos crime organizado? Temos. Temos PCC, temos PGC, temos Comando Vermelho. E vamos mostrar essa realidade com o apoio do Líder do Governo. Muito obrigado, Deputado Hussein Bakri, pelo apoio. Mas, dando continuidade à questão da MC Pipokinha, no tempo que me resta, parabenizo então essa casa noturna. Tenho ciência de que haverá o show em outra casa noturno, que é a Monkey, aqui em Curitiba, e estarei presente, Sr. Líder do Governo, juntamente com o Nucria – Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente, para verificarmos se o Estatuto da Criança e do Adolescente será cumprido, se o Código Penal será cumprido, porque, Sr.^s Deputados, tem estados da federação que a impressão que tenho é que a legislação é diferente. O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n.^º 8.069/1990, é descumprido em muitos estados da federação; o Código Penal, que é o Decreto-Lei n.^º 2.848/1940, com a reforma da Lei n.^º 7.209/1984, senhores, é descumprido a todo o momento em muitos estados da federação. Mas, aqui na República de Curitiba, aqui na República de Curitiba vigora a lei e a ordem. Estaremos presentes, com o apoio da polícia judiciária, com o apoio do Nucria, onde já trabalhei, Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente, para verificarmos a situação. Alguém pode dizer: *Mas o que um Deputado Delegado está preocupado com um show pornográfico?* A questão, senhores, transcende o show, é um recado que estamos dando para a sociedade, é um recado que estamos dando para o mundo artístico: Querem vir fazer show em Curitiba, venham, serão muito bem-vindos, mas verifiquem a casa em que vão se apresentar. Então, fica os parabéns à Shed. Fica os parabéns ao Alexandre. Uma das melhores casas noturnas do Brasil e do mundo. Viva a Shed, que reconheceu que não seria benéfico para a sociedade e para os nossos jovens a apresentação dessa dita MC Pipokinha que, como já disse antes, em um dos shows, chegou a fazer sexo oral, sexo oral com uma fã em pleno palco. Aqui no Paraná, não! Aqui em Curitiba, não! Se fizer na Monkey, vai sair algemada, vou botar na cadeia. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Do Carmo - UNIÃO): Gostaria de registrar a presença do Vereador de Antonio Olinto, Sr. Ricardinho, a pedido do Deputado Hussein Bakri. Próximo orador, Deputado Denian Couto.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, cumprimento V.Ex.^{as}. Aproveito também para cumprimentar os estudantes de Direito do litoral que acompanham esta Sessão Plenária. Cada vez que vejo um estudante de Direito no Parlamento isso alegra meu coração. Sou professor de Direito Constitucional e sei que não se constrói a cidadania e a formação do curso dos cursos, que é o curso de Direito, se não próximo ao Parlamento. Sejam bem-vindos a esta Casa, a Casa de Leis do povo do Paraná. Chego a esta tribuna hoje para falar sobre um assunto que inferniza os paranaenses e que precisa, de uma vez por todas, ser enfrentado na lei. Refiro-me ao tema dos pedágios. E, além desse, e é o que quero falar hoje, o assunto dos radares. O Paraná está tomado por controladores de velocidade, nos municípios, nas rodovias. O radar virou no nosso Estado assunto de desconfiança. Os radares se converteram em uma *indústria da multa*, em que o poder público usa do radar como forma de arrecadação. Curitiba, talvez, seja o exemplo mais claro de uma arapuca montada para multar. São José dos Pinhais, aqui ao lado, Curitiba exportou para São José dos Pinhais um modelo que além de tudo é ilegal em São José dos Pinhais. Passei por Maringá e a queixa geral, Deputado Do Carmo, é de que Maringá também é a *indústria da multa* no Noroeste do Estado. E poderíamos aqui enumerar uma cidade depois da outra, além das nossas rodovias estaduais e federais no Paraná. Mas, não empreendo aqui uma cruzada contra o radar, venho a esta tribuna para clamar por transparência. Apresentei um Projeto de Lei, que está tramitando nesta Casa, para que haja absoluta e plena transparência sobre os radares aqui no Estado, para que na internet esteja disposto com absoluta clareza quanto são os radares no Paraná, onde estão localizados, qual é a aferição feita pelo Ipem, quanto cada radar aplica de multa, quanto cada radar fatura e já faturou. Transparência para que o cidadão do Paraná saiba onde estão controladores de velocidade, que saiba se esses controladores de velocidade estão em dia com a aferição, qual é a totalização monetária de cada um desses radares. E mais ainda: qual é a razão de ser para que esses radares estejam implantados onde estão, quais são os critérios técnicos para que um radar ou outro esteja localizado ali ou acolá. Não faço cruzada contra

o radar, faço uma cruzada por transparência - que o poder público diga onde, como, por que, quanto fatura cada um dos controladores de velocidade. Com informação e com transparência, a sociedade do Paraná poderá dizer se este sistema serve ou não serve, se é um sistema para educar para o trânsito ou apenas para gerar dinheiro aos cofres do poder público. Quero saudar aqui, Deputado Hussein, o César Mello, Presidente do Ipem, que ao ler o nosso Projeto disse: *Concordo com o Projeto. O caminho é a transparência.* O Governo do Paraná não é contra e fico feliz em ver que o Ipem, que é o responsável pela aferição dos radares, concorda com este Projeto e apresentará emendas, inclusive, para melhorar o texto. E estou aberto a emendas do Governo e de todos colegas, para que possamos fazer deste Projeto um Projeto de todos nós, o Projeto da transparência... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Do Carmo - UNIÃO): Um minuto para concluir.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): ... o Projeto da Transparência, para que não haja no Paraná um único radar sem que o povo saiba por que ele está onde está.

Deputada Flávia Francischini (UNIÃO): Um aparte.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Deputada Flávia, poderia lhe conceder um aparte, mas estamos no Pequeno Expediente e, infelizmente, não posso ouvi-la, mas quero cumprimentá-la, porque sei quanto o seu trabalho também, desde o tempo de Vereadora em Curitiba, é o da intolerância com o radar errado. Não contra o radar, mas contra o radar arrecadador, a *indústria da multa*, essa máfia que se instala no Estado do Paraná para meter a mão no bolso do cidadão. Agradeço, Sr. Presidente, e desde já peço o apoio de V.Ex.^{as} a este Projeto para a transparência dos radares.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próxima oradora, Deputada Mabel Canto.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Boa tarde, Presidente. Boa tarde, Deputadas, Deputados, todos que estão nos assistindo. Hoje, quero mais uma vez aqui desta tribuna falar, novamente, sobre o Hospital Bom Jesus de Ponta Grossa, trazer mais informações sobre a situação, sobre as consequências do que vem acontecendo desde a semana passada, quando falei aqui da tribuna. Olhe só, em 2022, Deputada Luciana, foram mais 70 mil atendimentos no hospital. Setenta mil atendimentos, internações, consultas e exames realizados lá no Hospital Bom Jesus. Foram atendidos pacientes de 96 municípios. Noventa e seis municípios! Inclusive, tenho uma relação aqui de quantas pessoas foram atendidas. Por exemplo, Ponta Grossa, 2.368 pessoas; Castro, 290; Palmeira, 140; Telêmaco Borba, 133; Carambeí, 104 pessoas. Sem contar que atendeu pacientes de outras regiões fora da 3.^a Regional como, por exemplo, Candói, Figueira, Pitanga, Rolândia, Londrina. Então, pacientes que vieram de outros municípios fora da nossa região, o que mostra a importância deste hospital não só para os Campos Gerais, mas para todo o estado. Em geral são atendidos 90 pacientes por dia. Hoje, temos 50 pacientes internados lá no hospital, sendo destes 12 UTIs do SUS. São 460 funcionários, 200 médicos. Quero falar de forma um pouco mais técnica sobre as AIHs, as Autorizações de Internação. O Hospital Bom Jesus tem 248 de média complexidade, 80 de alta complexidade, que são justamente da área cardíaca, 328 no total, mas o hospital precisaria, segundo um estudo, de mais 557 AIHs para dar conta de todos os atendimentos que realiza dentro do hospital. Olhe só: o histórico das AIHs, Deputada Márcia, a senhora que entende bem sobre isso, lá no Bom Jesus, em 2010 e 2011, a AIH de alta complexidade custava R\$ 6.948,04. Hoje, 2015 para cá, R\$ 5.600,00. Ela diminuiu R\$ 1.300,00. Faz oito anos que não tem reajuste das AIHs e isso contribui, de forma muito negativa, para essa situação que estamos enfrentando lá em Ponta Grossa, no Hospital Bom Jesus. Além disso, temos três liminares, não é uma, como falei na semana passada, são três liminares que garantem que o hospital não precise apresentar as certidões para que a Sesa realize os pagamentos. Então, tenho que receber, sim, inclusive recursos do Ministério da Saúde, que vêm através da Sesa para o hospital. Eles receberam, na semana passada, em torno ali de R\$ 400 mil. Na

última sexta, pagaram uma folha de pagamento que estava quase 30 dias atrasado e compraram insumos, medicamentos que vão dar para mais alguns dias. Não é para o mês, é para mais alguns dias. Aliás, o Hospital Regional Universitário informou ao Hospital Bom Jesus que deixará de atendê-los, porque antes, quando precisava de insumos, de medicamentos, o Hospital Regional cedia para eles e agora já comunicou que não vai mais fazer isso também. A Santa Casa de Ponta Grossa - olhe a consequência do fechamento da cardiologia do Hospital Bom Jesus - está recebendo os pacientes de urgência da cardiologia e, na semana passada, emitiu também um informe, que: *Devido ao aumento de encaminhamentos em urgência e emergência na especialidade de cardiologia para o pronto-atendimento da Santa Casa...* (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputada Mabel, V.Ex.^a passa a usar o horário da liderança do partido?

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Isso.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Obrigada. *Que devido à capacidade técnica e física limitada da Santa Casa, comunicamos que estamos cancelando, por tempo indeterminado, os procedimentos eletivos que exijam internamentos, com exceção aos casos de oncologia. Informamos que na data do dia nove existem 10 pacientes no nosso pronto-atendimento SUS, sendo desses dois encaminhados sob a justificativa de ordem judicial e quatro encaminhados para especialidade de cardiologia - esses que eram do Bom Jesus. Enfatizamos que nossa capacidade para emergência é de três leitos, causando sobrecarga no atendimento do hospital.* Então, vejam que as consequências do Bom Jesus estão afetando outros hospitais de Ponta Grossa, hospitais que atendem à população não só da região, como já mostrei aqui, mas de todo o estado. Penso que levar a cardiologia de vez para a Santa Casa primeiro que não vai resolver o problema e, talvez, tenha consequências piores até mesmo para a Santa Casa de Misericórdia, porque ela também tem passivos e tem também a receber da Sesa. Além disso,

desse sobrecarregamento dos hospitais, o Regional também já está sobrecarregado lá em Ponta Grossa devido à questão do Hospital Bom Jesus. Já falei na semana passada, mas volto a dizer, quando o contrato da ortopedia não foi feito, não foi formalizado, isso acabou refletindo em outras áreas, como a cardiologia. E o que era para ajudar o Hospital Bom Jesus acabou de fato prejudicando, porque o hospital está fazendo mais serviços, começou a fazer mais serviços, mas não recebeu por isso. Então, o saldo é ainda mais negativo. Aqueles que anunciaram a ortopedia se calaram. Não vi nenhum deles falar sobre a situação do Bom Jesus, muito pelo contrário, se acovardaram, não foram atrás para resolver. Um, inclusive, literalmente, foi para Portugal, que é o Rangel, que está lá na comitiva do Governador, mas que não fala sobre o Hospital Bom Jesus, que ele prometeu a ortopedia. Aliás, esse time aí - esse time Rangel, Sandrinho, Prefeita Elizabeth - é do time que fecha hospitais em Ponta Grossa. Quando o Rangel era Prefeito fechou o Hospital Evangélico, que era a nossa maternidade; fechou o Hospital São Camilo, não fizeram nada para ajudar. Eles mesmos, agora, esse grupo fechou o pronto-atendimento do nosso Hospitalzinho da Criança; fechou o nosso Pronto Socorro Municipal. Não ajudam, não investem em saúde, mas estão lá agora gastando 16 milhões em publicidade, 16 milhões do município em publicidade, mas para ajudar o Hospital Bom Jesus, Deputado Arilson, nada, só promessas. Estamos convocando lá em Ponta Grossa e quero pedir ajuda de todos os Deputados porque, como mostrei aqui, o hospital atende todo o estado, vem paciente de todo o estado, vem gente lá de Guarapuava, Deputada Cristina, para ser atendida ali. Vamos somar esforços porque fechar um hospital é um crime e é isso que, infelizmente, vai acontecer, Presidente Traiano, e não podemos permitir. Então, estamos convocando todas as forças políticas de Ponta Grossa, dos Campos Gerais, do Estado, porque somos aqueles que lutamos até o final, porque estamos pensando lá nos mais de 300 funcionários e nas suas famílias que, de repente, podem perder os seus empregos; nos 200 médicos que prestam serviços nos hospitais, que salvam vidas. Olhe, sou do time que abre portas na saúde, do time que constrói hospitais, prova maior chama-se Hospital Regional de Ponta Grossa, que foi um Deputado aqui, na época, que lutou junto

com o Governador Requião para construir. Eu sou desse time, não do time daqueles que fecham hospitais em Ponta Grossa. E é por isso que vamos até o fim, para que o nosso Bom Jesus não feche, para que os pacientes de Ponta Grossa continuem sendo atendidos, para que os pacientes da nossa região, Deputado Moacyr, o senhor que é de Castro, 290 pacientes de Castro foram atendidos, no ano passado, no Bom Jesus. Essa não é uma luta só minha, tem que ser uma luta de todos. A Sesa, Deputado Hussein, precisa se pronunciar. Semana passada nós conversamos. Quero lhe pedir sua ajuda, porque o senhor vai para Ponta Grossa também, essa não é uma bandeira de um político específico, tem que ser de todos nós. Estou esperando até agora uma ligação do Secretário Beto Preto, não me ligou. Acho que não custa sentarmos e conversarmos e alinharmos. Não se fecha portas na saúde, lutamos é para abrir. A culpa não é da Sesa? Talvez não seja, talvez seja, mas temos que sentar e alinhar tudo, ver o que deve, ver o que ainda não foi pago e chegar em um consenso, porque saúde é prioridade. Por fim, Presidente, antes de terminar a minha fala - e estou aqui no horário da Bancada Feminina - quero falar sobre um caso que aconteceu, Deputada Cloara, muito triste, em Londrina. O caso da influencer Daniele Gonçalves que, na última semana, o ex-namorado deu duas facãozadas nela, não é? Realmente uma situação horrorosa, ela quase perdeu um dos braços, ela está estável hoje, terá que passar por outras cirurgias, ela é amiga de amigas minhas em Londrina. Então, nos comovemos, não é? Além de se comover com a situação, se comove porque é amiga de pessoas próximas. E o que me deixou assim perplexa é que esse criminoso tem muita gente o chamando de doido. Ele não é doido, ele é criminoso, porque o cara que faz, que pega um facão, que anda o dia inteiro atrás da ex-namorada, porque foi o que ele fez. Ele a seguiu desde a manhã até o momento em que ele desferiu os golpes de facão contra ela. Agora está internado, internado no Complexo Médico Penal aqui em Pinhais. Desculpe-me, mas acho isso um absurdo. Perdoe-me o Poder Judiciário, mas de louco esse safado aí não tem nada, porque quem premedita, Deputado Marcio Pacheco. Ele premeditou, porque se ele andou atrás dela o dia inteiro é porque ele premeditou, Deputado Do Carmo. Não vem me falar que teve um surto,

depois, psicológico. Ele a seguiu, ele tramou. Estou aqui hoje para cobrar justiça do Poder Judiciário para a Daniele. Uma moça jovem, que tem uma vida inteira pela frente e que quase foi morta por um criminoso, que agora está sendo chamado de louco.

Deputada Cristina Silvestri (PSDB): Deputada, gostaria de um aparte.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Claro, Deputada Cristina.

Deputada Cristina Silvestri (PSDB): Infelizmente, voltando ao assunto do Hospital. A questão do Hospital Bom Jesus não é um privilégio só de Ponta Grossa. Estamos com um problema sério em Guarapuava dos hospitais, e também sem solução. Há tempo venho conversando, indo na Secretaria, falando com o Secretário, sobre a questão do Hospital Regional, que faz quatro anos que foi inaugurado e até agora ele não funciona. A última conversa foi de que dia 21 de abril sairia a licitação de quem iria assumir o hospital. Hoje é 15 de maio e nada foi feito. Estamos com o hospital Santa Tereza na UTI, não tem médico. Na semana passada fiquei atendendo mais de quatro casos de pessoas, porque ele é referência em ortopedia também, e o que acontece? Não tem ortopedista. E as pessoas quebradas, pessoas com 80 anos com fêmur quebrado, motoboy com a perna quebrada... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputada, ok, concluído.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Para concluir, Presidente.

Deputada Cristina Silvestri (PSDB): E não são atendidos. E o Hospital São Vicente não está aguentando a demanda, não está suportando, também faz por administrativo e o administrativo está enorme e também não está recebendo. Então, a Sesau tem que tomar providência com os hospitais do Paraná, como Ponta Grossa e como Guarapuava. A nossa saúde está na UTI.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença aqui na Casa dos pais do Deputado Carmo, dona Luzinete do Carmo e Sr. José do Carmo.

DEPUTADO DO CARMO (UNIÃO): Está registrado, Excelência. Ia pedir que o senhor registrasse. Minha mãe está aqui do nosso lado direito, dona Luzinete, meu pai também. Ontem foi *Dia das Mães* e lá em casa, literalmente, quem manda na família inteira é ela. Agradeço. Obrigado. E os votos também são dela!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Sejam bem-vindos aqui na nossa Assembleia e tenham orgulho do filho. Também do Vereador da Lapa, Sr. Purga, por solicitação do Deputado Alisson Wandscheer. Próxima oradora, Deputada Flávia Francischini.

DEPUTADA FLÁVIA FRANCISCHINI (UNIÃO): Boa tarde a todos. Inicialmente, gostaria de registrar que hoje é o *Dia da Família*. Gostaria de saudar todas as famílias paranaenses. A família que é o nosso porto seguro, que é o nosso alicerce, a nossa grande riqueza. Quero também dizer ao Deputado Denian que o apoio, ele sabe disso, desde a Câmara dos Vereadores, com relação ao Projeto ligado aos radares. Eu que também lutei muito, inclusive com uma CPI, que não prosperou porque não tivemos as assinaturas que precisávamos e, também, com um Projeto de Lei, que não tivemos êxito porque também não conseguimos a aprovação que precisávamos. Mas, o que me traz aqui hoje é porque como havia uma orientação do nosso Presidente para que conseguíssemos prosperar com o Estatuto do Autismo, tínhamos até o dia 10 para entregar os Projetos relacionados a isso. Então, veio dia 10, acho que os Deputados que têm esse interesse, têm essa pauta, devem ter protocolado esses Projetos, e a minha esperança é de que agora começemos esse trabalho. Eu digo isso porque, Presidente Traiano, a minha preocupação é muito grande com relação... Estou falando dos Projetos aqui relacionados ao autismo - era até o dia 10 a entrega dos Projetos - e me traz uma grande preocupação, Presidente, porque até então fica uma orientação na CCJ de que os Projetos ficassem estagnados, parados. Só que muito me preocupa, e

muito me preocupa como mãe de autista, e isso falo por todas as mães de autistas, tive dois Projetos de autismo que, inclusive, a pessoa que estava, o Deputado que estava com o Projeto, meu amigo Deputado Marcio Pacheco falou: *Olha, sou favorável, mas, por orientação, agora não vamos prosperar, vamos aguardar, para que faça tudo junto no pacote do Estatuto.* Só que não podemos esperar, são vidas, são crianças, e estamos esperando por um Estatuto que fizemos uma reunião até agora. O que estamos aguardando para que os Projetos todos sejam juntados e que montemos um Estatuto? Mas, nada impede que essas reuniões aconteçam por enquanto, e essas reuniões, pelo menos eu, como Vice-Presidente da Comissão da Pessoa com Deficiência, até hoje participei de uma, pode até ser que elas estejam acontecendo, mas não estou sendo convidada para nenhuma delas, e faço questão de participar. Acho que tenho direito disso, de pelo menos participar, e como mãe também, Maria Victoria, de colocar lá a minha experiência, porque acho que tenho muito para contribuir. Digo também que, no dia em que participei dessa reunião, tinha uma profissional e essa profissional estava com um texto, o senhor me desculpe, mas esse texto que ela levou muito me parecia que era um texto pronto para que já fosse, inclusive, colocado dentro de um Estatuto, e não concordo com praticamente tudo que estava escrito ali, porque ela estava colocando ali que ela concordava com o Projeto ABA, e não existe só o Projeto ABA dentro da terapia para o autismo, até porque as escolas municipais não trabalham só com isso, e ela só confia nesse projeto. Não tínhamos educação, nenhum representante da Secretaria de Educação; não tínhamos nenhum representante da Secretaria de Saúde. Isso foi posicionado, à época, pelo Deputado Thiago Buhrer, não sei se ele está aqui. Então, acho assim que existem muitos pontos para serem discutidos, e depois daquela reunião não tivemos nenhuma mais. Ok que tínhamos um prazo para apresentar Projetos, mas até apresentar esses Projetos essas reuniões poderiam estar acontecendo, e nenhuma ainda. Eu havia me disponibilizado, inclusive, para participar na Relatoria ou pelo menos ajudar, contribuir escrevendo. Já falei duas, três vezes aqui e, em nenhuma vez fui convidada. Então, me coloco aqui, mais uma vez, à disposição para que possamos juntos construir, todos os Deputados. Não só um,

dois, três, até porque, como o senhor colocou, isso aqui é a vontade de todos e é para o bem maior de todos os autistas. O senhor mesmo colocou que são todos eles que precisam, e aqui é uma construção com o nome de todos juntos. Muito obrigada. Boa tarde.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputada Flávia, quero crer, pelo menos o que ficou definido na última ou na única reunião que aconteceu...

DEPUTADA FLÁVIA FRANCISCHINI (UNIÃO): Uma.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Uma, exatamente. É que o Deputado Evandro, que estava coordenando, estabeleceu como data o dia 10 para que todos os Projetos fossem apresentados.

DEPUTADA FLÁVIA FRANCISCHINI (UNIÃO): Isso.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Isso não significa que os Projetos iriam tramitar na CCJ. Estamos no dia 15. Conversei com o Evandro na quinta-feira, em Maringá, e ele realmente me falou que, a partir agora, de todos esses Projetos, é que iriam iniciar as tratativas das discussões para a construção de algo que realmente possa atender o interesse de todos. Volto a dizer, uma lei isolada não vai resolver. É claro que temos que chamar todos os autores, saúde, educação, segurança, a partir de agora. Vou dar um testemunho aqui, porque fui procurado por uma mãe de autista de Francisco Beltrão, uma psicóloga altamente capacitada. Ela me fez um relato dos filhos dela, dois meninos. Aliás, pedi que entrassem em contato com ela, porque o assunto não se resolve assim do dia para noite. Ela me fez um relato e vi os vídeos de um dos filhos dela, de um menino que me surpreendeu, um menino que não tinha nenhuma iniciativa, ficava parado na frente de uma televisão só se movimentando. Ela me contou que avançou em estudos, como psicóloga, noite adentro, inclusive citou um nome de uma pessoa altamente especializada aqui de Curitiba que não lembro, pesquisou nos Estados Unidos e, para minha alegria, vi a evolução do filho dela. Um menino

hoje de três, quatro anos que participa efetivamente, já está falando. Ele não falava, não pronunciava uma palavra. Por isso acho que este assunto, é bom ouvir as experiências. Sabe?

DEPUTADA FLÁVIA FRANCISCHINI (UNIÃO): Exatamente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): E pedi inclusive que fizesse contato com ela, para que viesse em uma reunião aqui mostrar esse avanço. Ela é psicóloga também, tem dois filhos autistas. Um ela não conseguiu encontrar solução, mas o segundo, sim. Ela me disse: *Debrucei-me noites e noites conhecendo algumas teorias e práticas e resolvi um problema de um filho meu.* Então, vou pedir ao Evandro... Não sei se está aqui hoje. Acho que não.

DEPUTADA FLÁVIA FRANCISCHINI (UNIÃO): Mas é exatamente essa a minha preocupação. Desculpe-me interromper, mas é exatamente essa a minha preocupação, Deputado, porque o que tenho visto...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Mas, assim, Deputada, se o Governo não abraçar esta causa com uma legislação que possa avançar nisso, não vamos chegar a lugar algum. Então, por isso da ideia. Acho que, claro, é prudente a sua preocupação, de todos os Deputados, mas acho que vamos avançar. É questão de tempo em construir essa proposta.

DEPUTADA FLÁVIA FRANCISCHINI (UNIÃO): Pois é, mas a minha preocupação, Deputado, é com relação à celeridade, porque estamos falando de vidas, e se já temos essa preocupação de que não vai ser de um dia para outro esse Estatuto ficar pronto. Então, quando temos Projetos como esse que tinha na CCJ, e foi bem no início, quando começamos essa reunião, no primeiro dia da reunião, já estava com o Projeto ali para ser aprovado. Realmente, não vi ali a necessidade de que fosse aguardado, porque ali estávamos falando, inclusive, de um Projeto em que se tratava de autistas dentro de sala de aula. Quer dizer, quantos Projetos aprovamos aqui de um dia para o outro. E no outro dia, inclusive, já temos o Governador sancionando e fazendo festa.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputada, concordo.

DEPUTADA FLÁVIA FRANCISCHINI (UNIÃO): Então, não podemos pensar que às vezes são mais importantes Projetos que não falam em vidas aqui, em seres humanos, em autistas que precisam, às vezes, de um profissional de apoio. Aprovamos Projetos aqui, primeiro turno um dia, segundo outro dia, no outro dia o Governador já está sancionando, está fazendo festa. Não pode ser assim.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Mas, na grande maioria, não tem eficácia, Deputada. Lamento dizer isso, e todos os Deputados sabem. Por isso precisamos trabalhar algo que realmente tenha eficácia, que possa ser implantado no Estado como política pública. Lamentavelmente, muitos dos Projetos são mais uma lei, uma lei que sequer se torna conhecida pela população. Entendo a sua preocupação, mas vou cobrar isso...

DEPUTADA FLÁVIA FRANCISCHINI (UNIÃO): E não é só minha, Governador, não é só minha... Olha, Governador! Já estou falando, hein!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Sei, Deputada. Vou cobrar agora.

DEPUTADA FLÁVIA FRANCISCHINI (UNIÃO): Já estou profetizando, então, para o senhor: Não é só minha, Governador. Queria inclusive, como vice da Comissão de Pessoas com Deficiência, propor, pela Comissão, aqui, uma Audiência Pública para que pudéssemos discutir. Acho aqui que seria de grande valia que fizéssemos uma Audiência Pública para discutirmos não a questão do Estatuto, porque acho que é muito interessante, mas para discutirmos os Projetos de Leis que vão para esse Estatuto, de que forma vai ser feito, porque acho que podemos trazer muitos profissionais para dentro desta Audiência Pública, como trouxe. Inclusive, disponho-me a trazer muitos profissionais dessa área, porque acho que se queremos construir algo grande, algo para abranger o Estado inteiro e que inclusive pode ser um projeto-piloto para todo País, então que começemos fazendo uma coisa grande. Se o Paraná é grande e é referência em tantas áreas,

então que começemos fazendo um Estatuto que possa servir como referência para o Brasil inteiro. Então proponho, pela Comissão da Pessoa com Deficiência, que façamos uma Audiência Pública para discutir isso e me disponho, responsabilizo-me de trazer grandes profissionais. Acho que ninguém vai se opor a isso. Obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próxima oradora, Deputada Cloara.

DEPUTADA CLOARA PINHEIRO (PSD): Boa tarde, Sr. Presidente, Mesa, nossos Deputados e Deputadas. Hoje é o *Dia da Família* e posso falar que hoje é o *Dia da Assistente Social*. Sou assistente social e estou muito feliz em falar isso aqui. Hoje, estou aqui por um motivo especial. Quem deveria estar aqui usando esta tribuna, infelizmente, não pôde por questões de protocolo. Eu não consegui, em tempo hábil, programar a participação da nossa professora Clemilda Santiago, que está aqui junto com a gente, nossa Diretora de Igualdade Racial, Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, junto à Secretaria Estadual da Mulher e da Igualdade Social. O tema deste discurso que quero falar agora, neste momento, é o dia 13 de maio, quando foi assinada a abolição da escravatura no Brasil. Por muitos anos achei que era motivo de comemorar, até uma conversa cheia de emoção e entendimento que tive com a professora Clemilda, com a “Profe”, que chamamos de “Profe”. Então, hoje estou aqui também para dar voz a essa professora maravilhosa. Vou ler uma carta que foi escrita por ela e ela está aqui junto conosco: *Essa data é, desde o início dos anos 80, considerada pelo Movimento Negro como um Dia Nacional de Luta contra o Racismo, exatamente para chamar atenção da sociedade e para mostrar que a abolição legal da escravidão não garantiu condições reais de participação na sociedade para a população negra do Brasil. Além da exclusão social da população negra, o país ainda padece de políticas de combate ao racismo. Pouco se ouve ou se assiste sobre medidas eficazes contra esse preconceito que macula a sociedade e impede o seu desenvolvimento humanitário. O racismo individual que consiste na ofensa direta, ainda possui garantias legais de denúncias e se tem visto ocorrer*

tais denúncias e medidas punitivas para quem as compete. No entanto, o racismo no Brasil é estrutural - está enraizado em nossa cultura e nas relações sociais. A história da escravidão deixa em nossa sociedade marcas profundas de um preconceito ainda existente, que exclui, que discrimina, que desemprega, que abona e que promove diferenças sociais e que mata. Essas são as palavras da nossa professora Clemilda que está aqui nos assistindo. Lembrando que esse foi um discurso escrito por ela hoje pela parte da manhã e ela é Diretora de Igualdade Racial, Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, junto à Secretaria Estadual da Mulher e Igualdade Social. Mais uma vez obrigada pela sua presença, nossa professora, por essa aula de sabedoria. Semana passada choramos, nos emocionamos e gostaria de trazer essa consciência para todos vocês e reforçar, reforçar que 13 de maio é um dia de enfrentamento e luta que continua até hoje, porque, infelizmente, ainda há lugares em todo o Brasil com pessoas sendo escravizadas. Isso é inadmissível! E estou aqui como Deputada, conversei com as nossas colegas Deputadas, acredito que todas concordam com essa fala da dona Clemilda, e podem contar conosco. Estou aqui também como Procuradora da Mulher. Obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença na Casa dos membros do Conselho Municipal de Saúde, por solicitação do Deputado Hussein Bakri. Próximo orador, Doutor Antenor.

DEPUTADO DOUTOR ANTENOR (PT): Minha saudação a todos e todas. No dia 11 passado, estivemos no Município de Pinhão, para junto com os companheiros do movimento de posseiros, os quilombolas, o movimento dos sem terra, nos posicionarmos pela luta específica pela terra daquela região. Lá estiveram a Deputada Luciana Rafagnin, que nunca nos falta, o Deputado Lemos, o Deputado Tadeu Veneri, representantes do Deputado Zeca Dirceu e da Deputada Gleisi Hoffmann. O Deputado Arilson mandou seu representante e estava lá se incomodando em Brasília. Tenho certeza que não tem descansado. As suas dores são as dores também do nosso Paraná, a luta da questão do pedágio. O Deputado Requião sei que estava na peleia também; o Goura também; o pessoal

que se posiciona, já há algum tempo, em defesa das melhorias de condições de vida para os nossos campesinos. Há necessidade de colocarmos na pauta e continuar colocando na pauta por conta da invisibilidade. A professora Clemilda... É esse é o nome dela, Cloara? Professora, vou aproveitar para entrar na temática sobre a terra para homenageá-la. Certamente, a senhora tem as suas origens fincadas na luta do MNU, que é a Lélia Gonzalez, que trouxe essa luta toda do movimento Black Power dos Estados Unidos, que trouxe esse empoderamento desse nosso povo, do nosso povo negro, que veio amarrado para este País, não veio porque quis. Os brancos, os poloneses, os ucranianos, os italianos, os alemães assim o fizeram porque a Lei de Terras que começa a origem dessa dor maior, além dessa mácula, dessa tortura feita ao nosso povo negro que veio amarrado, escravizado ao nosso País. Para ver como que o Parlamento, às vezes, pode dar vazão ao conservadorismo: o que se queria conservar em 1850, a partir da Lei de Terras, era que os nossos negros não tivessem acesso a terra. E, ao mesmo tempo, essa Lei é chamada Lei Vergueiro, de 1850. E assim o aprendemos na escola. Lei Vergueiro – para não irmos a fundo – que é a Lei de Terras, que facilitava a contratação de imigrantes, subsidiava para que os imigrantes para cá viessem para trabalhar no sistema de parcerias, enganados pelos fazendeiros que lançavam mão da escravidão no nosso País para sua produção. Esses aqui chegavam, os europeus, e eram enganados por uma lei, que era o sistema de parcerias, que estava no âmago da Lei de Terras, que ajudava, e que de uma vez fincava no chão brasileiro a possibilidade daquelas terras ganhas em Sesmarias, nas Capitanias Hereditárias, lá, anteriormente. Depois de Sesmarias, a Lei de Terras ela tornava cada vez fixa, e só modificada em 1988, pela Constituição Cidadã. Lá na Lei de Terras estava o arcabouço que vai permitir cada vez mais a concentração da terra e os nossos campesinos, aqueles que sonhavam com a pequena propriedade para produzir, estavam excluídos. O modelo americano, muitas vezes defendido pela nossa visão dominante, exposta através dos meios de comunicação e, eventualmente, até pela educação, o modelo americano se baseou na busca dos colonos pela terra. Saem de seu País e, de fato, uma verdadeira reforma agrária ocorre nos Estados

Unidos. Os norte-americanos assim realizam uma reforma agrária, se limita o tamanho da terra. Nos filmes de faroeste quem assistiu – os que gostam aqui e sei que têm uns que gostam – também a conquista do meio Oeste Americano está fundada, está baseada na partilha da terra. Mas nós, até hoje, frutos dessa concentração de terra que fica consolidada na Lei de Terras de 1850, temos os nossos correndo para lá e para cá, Professor Lemos. Lembra, Professor Lemos e Luciana que lá estiveram, da primeira fala da moça que ocupou os microfones naquela manifestação muito grande que presenciamos em Pinhão? Ela dizia assim, olhando para nós que lá estávamos: *Estamos cansados de reuniões* – e ela era uma jovem ainda – *estamos cansados e nunca resolvem a questão da nossa terra*. É uma questão da estrutura e ela colocava nas nossas costas a culpa. Tive a oportunidade de questionar indiretamente o seu discurso e perguntar: na hora da dor, na hora do desespero, na hora que destruíram o Alecrim, que as máquinas passaram por cima; que a nossa grande mídia se cala e não mostra para o mundo o desassombro do povo que lá vivia, que lá sofria, que era arrancado da noite para o dia daquelas terras que lhe pertenciam, porque tomaram posse há mais de 100 anos atrás e que uma madeireira tinha interesse. E eles retomaram organizadamente, no futuro, baseados na sua fé: o Padre Afonso, o Padre Edson, Frei Domingos, Dona Maria Izabel, Cecílio, Dominginhos. A Teologia da Libertaçāo, a fé que busca as condições para que o povo viva e viva com dignidade. Assim mesmo retomando a sua terra, que era legítima, o Alecrim foi destruído. Mas, na hora da dor quem lá estava? Os Deputados do PT - eu tenho certeza - Lemos, Luciana, Tadeu. Naquele momento, falava para a moça: os Vereadores que lá estavam eram nossos companheiros, que ficamos com o ônus, com o ônus toda vida porque vamos frente à frente. Somos chamados de comunistas, de arruaceiros, de bandidos, porque defendemos essa gente que preserva a terra, como é o caso dos faxinalenses, que preserva a sua cultura, que respeita o território porque lá vive e não vê a terra como uma prostituta. Não passam eventualmente e não envenenam a terra como passamos a fazer há algum tempo aqui. Depois desse Governo do Bolsonaro, o nosso País liberou a entrada de venenos e mais venenos. Eles chamam de agrotóxico para dourar a

pílula, mas é veneno. E essa gente preserva o seu modo de vida, mas preserva também a terra, preserva as nascentes. Colocamos aqui a homenagem a esses que resistem e falamos para eles: Talvez, não seja a última luta. Talvez, não seja a última batalha, porque a verve dos poderosos, daqueles que enganam, daqueles que mentem é muito forte. A grande mídia também não expôs o que ocorreu lá, mas o Centro-Sul do Paraná resiste, o Centro-Sul do Paraná ainda preserva, porque as terras são dobradas. Graças a Deus, preservam as nossas fontes, preservam as nossas nascentes de água, não derrubam um litro de terra para plantar soja, não envenenam a terra, e poucas vezes vemos na grande mídia essa importância desses nossos campesinos. Companheiros do Pinhão, companheiros de Reserva, companheiros de Guarapuava, continuaremos reproduzindo e lutando e cobrando do nosso Governo Federal, também, para que a regularização fundiária ocorra, que o nosso povo que quer viver com dignidade, que quer viver plenamente a sua vida, que quer produzir sem venenos, que sejam respeitados, porque senão, gostem ou não, continuaremos gritando. Estaremos presentes cada vez que se fizer necessário para defender a vida do nosso povo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pela Liderança do Governo, Deputado Hussein Bakri. Declina. Deputado Requião, paz e amor. Declina. Deputado Artagão, por favor.

DEPUTADO ARTAGÃO JÚNIOR (PSD): Senhor Presidente, muito rapidamente, aproveitando que as lideranças não usaram o horário, gostaria só de falar que continuamos alertas com relação à questão de Paranaguá. Poucas providências e respostas chegaram a esta Casa, a este Parlamentar, e continuamos com as inquietudes em relação ao ocorrido no nosso litoral paranaense, a mais um vazamento que ocorreu, e em função disso, Presidente, apresentamos aqui, juntamente com V.Ex.^a, com o Deputado Alexandre Curi, um Projeto que tem por interesse ações preventivas, que trazem a obrigação das empresas operadoras dos navios adotarem procedimentos preventivos e corretivos em casos de problemas. Então, estarei solicitando a esta Presidência, Deputado Traiano, a reserva de um dia, de um horário, para que possamos fazer aqui a audiência

pública necessária para o debate acerca deste Projeto de Lei. É um Projeto que já está transformado em lei em outros estados brasileiros, com grandes expectativas em cima dessa legislação, e queremos debatê-lo nesta Casa de tal forma a receber todos os pontos de vista, para que possamos proteger o nosso litoral. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Artagão, só solicitaria a V.Ex.^a que definisse a data, para que pudéssemos enfim já fazer convites de pessoas especializadas, técnicos sobre o assunto e convidá-los para essa Audiência Pública.

DEPUTADO ARTAGÃO JÚNIOR (PSD): Ok, Presidente. Acerto ali com o nosso diretor Dyllardi.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ok. Registro aqui a presença na Casa do nosso Secretário de Segurança Pública, Cel. Hudson Teixeira. Seja bem-vindo aqui ao nosso Parlamento. Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (PROS), Ana Júlia (PT), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Batatinha (MDB), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Cobra Repórter (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Do Carmo (UNIÃO), Douglas Fabrício (CDN), Doutor Antenor (PT), Evandro Araújo (PSD), Fábio Oliveira (PODE), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Hussein Bakri (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Márcia Huçulak (PSD), Marcio

Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Marli Paulino (SD), Matheus Vermelho (UNIÃO); Moacyr Fadel (PSD), Nelson Justus (UNIÃO), Ney Leprevost (UNIÃO), Professor Lemos (PT), Requião Filho (PT), Samuel Dantas (PROS), Thiago Bührer (UNIÃO), e Tiago Amaral (PSD) (44 Parlamentares); Deputados ausentes com justificativa: Gugu Bueno (PSD), conforme art. 97 § 3.] IV do Regimento Interno; Paulo Gomes (PP), conforme art. 104 I § 1º do Regimento Interno; Ricardo Arruda (PL), conforme art. 104 I § 1º do Regimento Interno; Tercílio Turini (PSD), conforme art. 97 § 3º I do Regimento Interno; e Delegado Jacovós (PL), conforme art. 97 § I do Regimento Interno (5 Deputados); Deputados ausentes sem justificativa: Gilberto Ribeiro (PL), Marcel Micheletto (PL), Reichembach (PSD), Renato Freitas (PT) e Soldado Adriano José (PP) (5 Parlamentares).]

Projetos que necessitam de Apoio.

Projetos de Lei: *(Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) Autuado sob o n.º 376/2023*, do Deputado Artagão Junior, que denomina Dr. Luiz Antônio Leprevost o trevo da PR-418, Rodovia do Contorno Norte de Curitiba, no cruzamento com a Avenida Manoel Ribas, no município de Curitiba; *Autuado sob o n.º 377/2023*, do Deputado Cobra Reporter, que altera os incisos XIII e XXII da Lei n.º 4.245, de 25 de julho de 1960, resolvendo dissensimentos existentes no traçado do polígono definidor entre limites dos municípios de Ivatuba e Floresta; *Autuado sob o n.º 378/2023*, do Deputado Alisson Wandscheer, que institui, no âmbito do Estado do Paraná a carteira azul, objetivando facilitar a comunicação entre os agentes de segurança e o condutor com transtorno do espectro autista – TEA; *Autuado sob o n.º 379/2023*, da Deputada Marli Paulino, que dispõe sobre a obrigatoriedade de os clubes de futebol oferecerem absorventes para as torcedoras nos estádios de futebol no Estado do Paraná; *Autuado sob o n.º 380/2023*, do Deputado Thiago Bührer, que dispõe sobre o Programa de Acompanhamento na rede estadual de ensino do Estado do Paraná com terapeuta ocupacional, neuropsicopedagogo e neuropsicólogo para estudantes com dislexia, transtorno do espectro autista – TEA, transtorno do déficit de atenção por hiperatividade (TDAH) e demais

transtornos de aprendizagem; **Autuado sob o n.^o 381/2023**, da Deputada Flávia Francischini, que estabelece diretrizes para a implementação do sistema de inclusão escolar “ABA” para crianças com autismo nas escolas da rede pública do Estado do Paraná; **Autuado sob o n.^o 382/2023**, da Deputada Flávia Francischini, que dispõe sobre o fornecimento de abafadores de ruídos para pessoas com transtorno do espectro autista – TEA nos estádios e arenas esportivas com capacidade igual ou superior a dez mil pessoas, no âmbito do Estado do Paraná; **Autuado sob o n.^o 383/2023**, da Deputada Flávia Francischini, que institui a cessão gratuita de ingressos esportivos com transtorno do espectro autista – TEA, e dá outras providências; **Autuado sob o n.^o 384/2023**, da Deputada Flávia Francischini, que estabelece diretrizes para a criação do banco de empregos para pessoas com transtorno do espectro autista – TEA, no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.^o 385/2023**, do Deputado Alisson Wandscheer, que cria diretrizes para inclusão de pessoas com transtorno do espectro autista – (TEA) em pontos turísticos, hotelaria e similares, no âmbito do Estado do Paraná; **Autuado sob o n.^o 386/2023**, dos Deputados Ney Leprevost, Delegado Jacovós e Mabel Canto, que cria a Política Estadual de Desenvolvimento Urbano e Socioeconômico de Favelas – Favela 3D Paraná; **Autuado sob o n.^o 387/2023**, dos Deputados Ney Leprevost, Delegado Jacovós e Mabel Canto, que altera a Lei Estadual n.^º 20.943, de 20 de dezembro de 2021, que institui o Programa Energia Solidária, para assegurar a inscrição da unidade consumidora onde resida pessoa com transtorno do espectro autista como beneficiária da tarifa social de energia elétrica; **Autuado sob o n.^o 388/2023**, do Deputado Delegado Tito Barichello, que altera a Lei n.^º 15.461, de 15 de janeiro de 2007, que institui o Dia Estadual do Clube Atlético Paranaense, a ser comemorado anualmente na data de 26 de março; **Autuado sob o n.^o 389/2023**, do Deputado Delegado Tito Barichello, que institui o Dia Estadual da Torcida os Fanáticos, a ser celebrado anualmente em 24 de outubro; **Autuado sob o n.^o 390/2023**, do Deputado Batatinha, que concede o título de utilidade pública à Associação Filantrópica Casa das Fraldas Mãos de Anjos Foz, com sede no município de Foz do Iguaçu; **Autuado sob o n.^o 391/2023**, do Deputado Gilberto Ribeiro, que cria o banco de dados de

condenados por pedofilia no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.^o 392/2023**, do Deputado Gilberto Ribeiro, que cria o canal de comunicação e denúncias de casos de pedofilia no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.^o 393/2023**, do Deputado Anibelli Neto, que dispõe sobre as diretrizes para o incentivo Paraná Turístico para as atividades de destinos turísticos inteligentes e fortalecimento institucional das Instâncias de Governança Regionais – IGRS no âmbito do Estado do Paraná e dá outras providências; **Autuado sob o n.^o 394/2023**, da Deputada Cristina Silvestri, que concede o título de utilidade pública à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Aparecida do Oeste, com sede no município de Tuneiras do Oeste; **Autuado sob o n.^o 395/2023**, da Deputada Flávia Francischini, que estabelece diretrizes para a criação do Programa Estadual de Acompanhamento Pré-Natal e Pós-Parto para mulheres com transtorno do espectro autista - TEA, no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.^o 396/2023**, da Deputada Flávia Francischini, que estabelece diretrizes para a criação de convênios entre os estabelecimentos de ensino superior e a rede pública de educação, para atendimento de alunos com transtorno do espectro autista – TEA no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.^o 397/2023**, da Deputada Flávia Francischini, que altera a Lei n.^o 17.555, de 30 de abril de 2013, que institui, no âmbito do Estado do Paraná as diretrizes para a política estadual de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista – TEA; **Autuado sob o n.^o 398/2023**, da Deputada Flávia Francischini, que altera a Lei n.^o 10.821, de 6 de junho de 1994, que dispõe sobre a produção ou veiculação de peças de propaganda e publicidade pagas, dos órgãos da administração estadual; **Autuado sob o n.^o 399/2023**, da Deputada Flávia Francischini, que proíbe as operadoras privadas de planos de saúde de suspenderem ou cancelarem, sem justa causa e sem prévio aviso, o fornecimento de seus serviços a consumidores com transtorno do espectro autista – TEA, e dá outras providências.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados**.

Passamos aos Itens da pauta.

Duas Redações Finais.

(Procedeu-se à votação simbólica e em bloco das Redações Finais.)

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.^º 209/2023, de autoria do Deputado Delegado Tito Barichello e Deputada Cantora Mara Lima, que institui o dia 31 de outubro como o Dia Estadual da Proclamação do Evangelho.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.^º 244/2023, de autoria do Deputado Marcio Pacheco, Deputado Alexandre Amaro e Deputada Cantora Mara Lima, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Milton Neves.

Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovados.**

Os Itens 3 e 4 faremos votação agrupada, por serem matérias correlatas.

ITEM 3 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 169/2023, de autoria do Deputado Tiago Amaral, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Santa Mariana de Futsal, com sede no município de Santa Mariana. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 4 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 172/2023, de autoria do Deputado Hussein Bakri, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Guairense de Futsal, com sede no município de Guaíra. Parecer favorável da CCJ.

Deputados que aprovam... Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando, Sr.^s Deputados. Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian

Couto, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilson de Souza, Goura, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Professor Lemos, Requião Filho, Samuel Dantas e Thiago Bührer (39 Deputados);

Não Votaram: Ademar Traiano, Del. Jacovós, Do Carmo, Gilberto Ribeiro, Gugu Bueno, Marcel Micheletto, Maria Victória, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Reichembach, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Tiago Amaral (15 Deputados).] Com 39 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovados os dois Projetos.**

ITEM 5 - 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 183/23, de autoria do Deputado Matheus Vermelho, que revoga a Lei n.^º 14.715, de 6 de junho de 2005, que declara de utilidade pública o Instituto de Tecnologia em Automação Informática, no município de Foz do Iguaçu. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputada Mabel, seu voto, Cristina Silvestri, Do Carmo. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilson de Souza, Goura, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victória, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Professor Lemos, Requião Filho, Samuel Dantas, Thiago Bührer e Tiago Amaral (41 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Do Carmo, Gilberto Ribeiro, Gugu Bueno, Marcel Micheletto, Paulo

Gomes da Tv, Reichembach, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José e Tercílio Turini (13 Deputados).] Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei 183/2023.

ITEM 6 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 241/2023, de autoria da Deputada Ana Júlia, que dispõe sobre o reconhecimento das batalhas culturais de rima enquanto patrimônio cultural imaterial no Estado do Paraná e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Cultura. Emenda da CCJ. Há uma solicitação da Deputada Ana Júlia de retirada por três Sessões. (**Requerimento n.^º 994/2023**, da Deputada Ana Júlia, solicitando a retirada do Projeto de Lei n.^º 241/2023 pelo prazo de 3 Sessões.) Vamos submeter ao voto simbolicamente. **Aprovado o Requerimento.** (**Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.**) **Retirado o Projeto de pauta.**

ITEM 7 – 1.^a Discussão do Projeto de Resolução n.^º 3/2023, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas do Governo do Estado do Paraná referente ao exercício financeiro de 2021. Parecer favorável da Comissão de Tomada de Contas. Em discussão.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputado Requião.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Rapidamente, Presidente. Conversamos na semana passada e o senhor foi gentil em retirar de pauta, mas temos um problema com este Projeto de Resolução porque a Comissão de Contas diz que teve acesso ao acórdão e aos relatórios do Tribunal de Contas. Nós e a sociedade civil não tivemos acesso a esse relatório e explico: Não porque a Casa não forneceu, mas porque o Tribunal de Contas não publicou, não está aberto ainda. Então, no meu entendimento, não deveríamos votar o Projeto. E há inúmeras ressalvas no Projeto, por exemplo: documento encaminhado referente ao inciso XXVIII do art. 3.^º da Instrução Normativa n.^º 167/2021 está incompleto, faltando o

valor mensal e o líquido nos exercícios para a publicidade legal e institucional; publicação intempestiva do relatório de despesas realizadas com propaganda e publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas do primeiro semestre de 2021; falta de repasse integral... Existem diversas ressalvas que nós, como cidadãos, não tivemos acesso e por isso não sabemos se essas ressalvas são mais sérias ou menos sérias. Nós da Oposição vamos encaminhar voto contrário, pedindo que o Tribunal de Contas e esta Casa, em uma futura prestação de contas, que trabalhemos isso, para que seja votado em Plenário quando estiver tudo liberado no *site*, para que a sociedade civil também possa acompanhar. Então, por isso, em protesto a esta não publicação do Tribunal de Contas, a Oposição vota “não”.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Respeitosamente, quero divergir em parte com o Deputado Requião. Primeiro quero dizer que o trabalho da Comissão de Tomada de Contas, presidida pelo Deputado Guerra, foi um belo trabalho, minucioso, dedicado e estamos discutindo aqui o acórdão que proferiu uma decisão unânime, aprovando as contas com ressalva. E ressalva é algo normal em município, é algo normal em estatais e é algo normal em um Governo gigantesco como o nosso. Portanto, ela foi aprovada pelo Tribunal de Contas por unanimidade, é passível de ser votada, na minha opinião, e gostaria de pedir o voto “sim” e dizer que os apontamentos que foram feitos serão corrigidos pelo Governo. Para isso que serve a ressalva. Por isso, quero pedir a aqui a todos que fazem parte da nossa base, em respeito ao belíssimo trabalho que foi feito pela Comissão de Tomada de Contas, em respeito à decisão unânime do Tribunal de Contas, peço o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando, Sr.^s Deputados, então. Por favor.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Peço o voto “sim”. Presidente, *pela ordem*, só quero fazer uma correção. O Presidente é o Deputado Gilson. É isso? Só fazer uma correção. O Relator deste processo é que foi o Deputado Guerra.

DEPUTADO LUIZ FERNANDO GUERRA (UNIÃO): Vossa Excelência viu o meu prestígio! Aqui o pessoal disse que vota por conta do meu relatório, viu.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Vossa Excelência é um grande jurista, já tem um conhecimento vasto nesta Casa.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Artagão, Evandro Araújo, Gilson de Souza e Marcio Pacheco.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Cadê meu Vice-Líder Artagão?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Hussein Bakri, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victória, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Samuel Dantas, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (33 Deputados); **Votaram Não:** Ana Julia Ribeiro, Arilson Chiorato, Dr. Antenor, Goura, Luciana Rafagnin, Professor Lemos e Requião Filho (7 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Artagão Junior, Del. Jacovós, Evandro Araújo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Marcel Micheletto, Paulo Gomes da Tv, Reichembach, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José e Tercílio Turini (14 Deputados).] Com 33 votos favoráveis e 7 votos contrários, **está aprovado o Projeto de Resolução 3/2023.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 986/2023, do Deputado Tiago Amaral, requerendo a anexação do Projeto de Lei n.º 188/2022 ao Projeto de Lei n.º 155/2022, por tratarem de matérias correlatas. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimentos n.os 972 e 1000/2023, da Deputada Cantora Mara Lima, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa: à Rede de Radiofusão Bíblica – BBN; e ao Círculo de Oração da Assembleia de Deus em Matinhos; **Requerimento n.º 973/2023**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando menção honrosa às brilhantes atletas do Paraná que compõem o conjunto da Seleção Brasileira de Ginástica Rítmica, as ginastas: Nicole Pircio Nunes Duarte, Giovana Silva e Júlia Kurunczi, bem como a técnica Camila Ferezin e a coreógrafa e assistente técnica Bruna Martins, que representaram o Brasil na Copa do Mundo de Ginástica Rítmica, realizada no dia 7 de maio, na cidade de Portimão, em Portugal, conquistando o ouro inédito na prova de cinco arcos; **Requerimento n.º 974/2023**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística e ao Diretor do DER/PR, requerendo providências urgentes para a realização da operação “tapa buraco” no trecho rodoviário que liga os municípios de Santana do Itararé até Wenceslau Braz, em virtude da presença de diversos buracos na pista; **Requerimentos n.os 975 a 977/2023**, da Deputada Mabel Canto, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa: ao Restaurante Lanchonete Piriquitos; ao Restaurante Tibagi; e à Rádio Difusora de Ubiratã; **Requerimentos n.os 978, 985 e 999/2023**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o registro e o envio de votos de louvor: aos Médicos Oftalmologistas do Paraná; aos Profissionais da Enfermagem do Paraná; ao Dr. Daniel Przybysz; **Requerimentos n.os 979 e 981/2023**, do Deputado Alisson Wandscheer, solicitando o envio de votos de louvor e aplausos: ao Pastor Davi Secundo de

Souza, Presidente da Convenção das Assembleias de Deus do Ministério de Madureira no Estado do Paraná; e à Pastora Raquel Duarte de Alencar Secundo de Souza; **Requerimento n.º 980/2023**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente ao Secretário da Fazenda, Sr. Renê de Oliveira Garcia Júnior, propondo a ampliação da isenção de ICMS para todos os medicamentos oncológicos; **Requerimento n.º 983/2023**, do Deputado Batatinha, solicitando o registro de votos de congratulações com menção honrosa ao Sr. Pedro Muffato, referente à sua atuação empreendedora, esportiva e política e aos relevantes serviços prestados à comunidade paranaense; **Requerimento n.º 987/2023**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de votos de louvor à equipe de servidores do Posto de Unidade de Saúde (UBS) do Parigot de Souza, no município de Rolândia, pela presença de espírito e eficiência na condução de parto emergencial, salvando a vida de uma mãe e seu bebê, fato ocorrido na segunda- feira dia 8 de maio de 2023; **Requerimento n.º 989/2023**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. Gilberto Francisco Neves Halila, ocorrido no dia 7 de maio, no município de Ponta Grossa; **Requerimentos n.ºs 992 e 993/2023**, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando o envio de votos de congratulações com menção honrosa: para o Promotor de Justiça Dr. Eduardo Labruna Daiha; e para a Prefeita Elisangela Pedroso; **Requerimento n.º 997/2023**, do Deputado Samuel Dantas, solicitando o envio do registro de menção honrosa ao Tenente Coronel Vieira, pelos serviços prestados à população paranaense; **Requerimento n.º 998/2023**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente ao Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte – DNIT, Sr. Fabrício de Oliveira Galvão, requerendo providências urgentes visando garantir a segurança dos usuários da BR-476, km 160; **Requerimento n.º 1001/2023**, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Infraestrutura e Logística (SEIL), requerendo que sejam tomadas as providências para recuperação integral do trecho de 124 quilômetros entre os municípios de Curitiba e Adrianópolis, situados na região metropolitana; **Requerimento n.º 1002/2023**, da Deputada Cristina Silvestri, solicitando o envio de moção de aplausos à

estudante Liliane Hortega Acosta, de 16 anos, à professora orientadora Renata Zuba, à professora co-orientadora Nahyr Carneiro e à professora de Ciências Patrícia Faustino, da Escola Indígena Guavira Poty, por honrosa atuação; **Requerimento n.º 1003/2023**, da Deputada Ana Júlia, solicitando o envio de expediente à Diretoria da Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar, para que se manifeste quanto ao abastecimento de água na Terra Indígena Sambaqui, localizada no município de Pontal do Paraná; **Requerimento n.º 1004/2023**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de votos de congratulações com menção honrosa ao jovem cantor paranaense Rhyan Gabriel, de 11 anos de idade, natural do município de Siqueira Campos, pela brilhante apresentação no programa “The Voice Kids” e pela sua meritória conquista classificatória na competição, transmitida no domingo, dia 14 de maio de 2023.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 988/2023**, dos Deputados Alexandre Amaro, Gilson de Souza, Cantora Mara Lima, Fábio Oliveira, Delegado Tito Barichello, Ricardo Arruda, Flávia Francischini e Artagão Junior, requerendo a inclusão do Deputado Alexandre Amaro e dos demais integrantes da Bancada Evangélica na coautoria do Projeto de Lei n.º 196/2022, de autoria do Deputado Ricardo Arruda; **Requerimento n.º 990/2023**, dos Deputados Ney Leprevost e Goura, solicitando a inclusão do Deputado Goura como coautor do Projeto de Lei n.º 156/2023, de autoria do Deputado Ney Leprevost; **Requerimento n.º 996/2023**, do Deputado Gilson de Souza, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n.º 232/2023.

Justificativas de ausência.

Deferido conforme o art. I do art. 104 do Regimento Interno (em razão de tratamento de saúde): **Requerimento n.º 982/2023**, do Deputado Ricardo Arruda, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias a partir do dia 4 de maio, pelo prazo de trinta dias.

Deferidos conforme o art. 97, § 4º, do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês ausência injustificada): **Requerimento n.º 984/2023**, do Deputado Do Carmo, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 9 de maio de 2023.

Deferidos conforme o art. 97, § 3º, I do Regimento Interno (por motivo de doença, mediante a apresentação de atestado médico): **Requerimento n.º 991/2023**, da Deputada Cristina Silvestri, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 9 de maio de 2023; **Requerimento n.º 995/2023**, do Deputado Tercílio Turini, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 15 a 17 de maio de 2023.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra **Sessão Ordinária** para terça-feira, dia 16 de maio de 2023, à hora e regimental, com a seguinte **Ordem do Dia:** 2.^a Discussão dos Projetos de Lei n.^{os} 169/2023, 172/2023 e 183/2023 e do Projeto de Resolução n.^º 3/2023; e 1.^a Discussão dos Projetos de Lei n.^{os} 386/2022, 10/2023, 286/2023, 356/2023, 359/2023, 360/2023 e 361/2023 e do Projeto de Resolução n.^º 5/2023.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h30, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.^º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)